RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CLIENTE

Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim – APAMI
CNPJ: 11.754.025/0001-05

EXERCÍCIO

Findo em 31 de dezembro de 2025

CONTEÚDO

- Relatório dos Auditores Independentes
- Quadro 1 - Balanço Patrimonial
- Quadro II - Demonstração do Resultado
- Quadro III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Quadro IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário:

- Apresentação ..... pág. 03
- Metodologia ..... pág. 04
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2025 ..... pág. 05
- Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ..... pág. 08

TRABALHO DE AUDITORIA:

A documentação da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi analisada no período de 14 a 27 de julho de 2026. Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares, em geral, numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias. Os trabalhos foram realizados em base de testes, e por amostragem, para a data-base de 31 de dezembro de 2025.

APRESENTAÇÃO:

Dados da Firma de Auditoria

IGF - Auditores e Consultores Independentes S/S

Rua Francisco Gonçalves, nº 1, Edf. Reitor Miguel Calmon – Sala 806, Comércio, Cep: 40.015-090 – Salvador/BA

CNPJ nº 04.899.444/0001-61 - CRC/BA nº 4.178 – CVM nº 9.318

Edmar Sombra Bezerra - Contador – CRC/BA nº 12.590

Dados da Associação Auditada

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim

CNPJ nº 11.754.025/0001-05

Rua Maria Barbosa S/Nº, Centro, CEP 55750-000, Surubim/PE

Presidente e Contador:

Andréa Cristina Pereira de Almeida – Presidente

Juan Victor Izidio Pedroso – Contador – CRC-PE – 029020/O-1

METODOLOGIA:

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria, envolvendo a análise das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão deste relatório.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragem indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise dos controles internos existentes, como segue:

a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;

b) Contatos com os responsáveis pelas áreas internas;

c) Análise das transações praticadas e as funções básicas dos controles internos;

d) Testes das transações escrituradas na contabilidade;

e) Avaliação dos saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras;

f) Avaliação da base contábil de continuidade operacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SURUBIM
Surubim – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SURUBIM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SURUBIM, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Sem Finalidade de Lucros, consubstanciadas na ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 29 de julho de 2026.

IGF AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S
CRC/BA - Nº 004178/O-2 CVM – 9.318

EDMAR SOMBRA BEZERRA:02787075568
Assinado de forma digital por EDMAR SOMBRA BEZERRA:02787075568
Dados: 2026.07.29 20:58:50 -03'00'

Edmar Sombra Bezerra
CONTADOR - CRC/BA Nº 012.590/O-6

ASSOC DE PROT A MATERNIDADE E A INFANCIA
CNPJ: 11.754.025/0001-05

Balanço Patrimonial

para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes	**4**	6.825.760.00	6.493.861.90
Contas a receber	**5**	2.658.519.80	1.593.190.21
Impostos a recuperar	**6**	5.409.39	5.098.59
Estoques	**7**	303.135.05	316.935.58
Outros créditos		128.801.97	31.354.82
		9.921.626.21	**8.440.441.10**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		1.000.00	1.000.00
Imobilizado	**8**	2.110.610.17	2.337.337.45
		2.111.610.17	**2.338.337.45**
Total do Ativo		**12.033.236.38**	**10.778.778.55**
Passivo			
Circulante			
Obrigaçoes Trabalhistas	**9**	3.248.635.15	2.526.465.59
Obrigações Tributárias	**10**	211.258.70	221.290.63
Fornecedores	**11**	508.507.72	473.465.59
Empréstimos e financiamentos	**14**	767.584.28	690.808.25
Convênios		-	-
Receitas diferidas	**13**	42.639.30	42.756.24
Outras Obrigações	**12**	45.728.42	34.316.00
		4.824.353.57	**3.989.102.30**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	**14**	3.449.858.71	2.998.879.33
Receitas diferidas	**13**	230.476.72	272.998.76
Obrigações com contrato de gestão	**15**	5.480.678.94	5.204.193.85
		9.161.014.37	**8.476.071.94**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		671.680.54	671.680.54
Reservas		970.074.72	970.074.72
Resultado Do Exercicio Acumulado		(3.593.886.82)	(3.328.150.95)
		(1.952.131.56)	**(1.686.395.69)**
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**12.033.236.38**	**10.778.778.55**
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Surubim, 31 de deze

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDREA CRISTINA PEREIRA DE ALMEIDA
Data: 31/07/2026 17:51:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Andréa Cristina Pereira de Almeida
Diretora Presidente
CPF: 745.679.004-30

gov.br Documento assinado digitalmente
JUAN VICTOR IZIDIO PEDROSO
Data: 31/07/2026 15:19:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juan Victor Izidio Pedroso
Contador
CRC Nº PE - 029020/ O-1

ASSOC DE PROT A MATERNIDADE E A INFANCIA
CNPJ: 11.754.025/0001-05

Demonstração de Resultado do Período
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Notas	2025	2024
Receita Operacional Bruta			
Receita atendimento público		24.347.404.32	22.558.141.99
Receita atendimento particular		385.177.43	371.875.00
Receita Líquido		**24.732.581.75**	**22.930.016.99**
Custos atividades de saúde		(17.956.202.76)	(17.242.066.71)
Superávit Bruto		**6.776.378.99**	**5.687.950.28**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas operacionais		(9.760.955.01)	(10.949.039.70)
Outras receitas operacionais		2.149.000.49	3.131.108.72
Outros resultados operacionais		47.638.99	299.054.58
Despesas tributos imunes		(4.066.937.99)	(4.066.759.23)
Receita tributos imunes		4.066.937.99	4.066.759.23
		(7.564.315.53)	**(7.518.876.40)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(787.936.54)**	**(1.830.926.12)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		591.548.67	461.582.28
Despesas financeiras		(69.348.00)	(433.174.62)
Superávit/Déficit Do Exercício	**16**	**(265.735.87)**	**(1.802.518.46)**
		(0.00)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDREA CRISTINA PEREIRA DE ALMEIDA
Data: 31/07/2026 17:54:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Surubim, 31 de dezembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JUAN VICTOR IZIDIO PEDROSO
Data: 31/07/2026 15:19:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Andréa Cristina Pereira de Almeida
Diretora Presidente
CPF: 745.679.004-30

Juan Victor Izidio Pedroso
Contador
CRC Nº PE - 029020/ O-1

ASSOC DE PROT A MATERNIDADE E A INFANCIA
CNPJ: 11.754.025/0001-05

Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Liquido - DMPL
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Patrimônio Social	Reservas	Superávit/ Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**671.680.54**	**970.074.72**	**(1.525.632.49)**	**116.122.77**
Déficit do periodo	-	-	(1.802.518.46)	**(1.802.518.46)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**671.680.54**	**970.074.72**	**(3.328.150.95)**	**(1.686.395.69)**
Déficit do periodo	-	-	(265.735.87)	**(265.735.87)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**671.680.54**	**970.074.72**	**(3.593.886.82)**	**(1.952.131.56)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDREA CRISTINA PEREIRA DE ALMEIDA
Data: 31/07/2026 17:51:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Surubim, 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JUAN VICTOR IZIDIO PEDROSO
Data: 31/07/2026 15:19:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Andréa Cristina Pereira de Almeida
Diretora Presidente
CPF: 745.679.004-30

Juan Victor Izidio Pedroso
Contador
CRC Nº PE - 029020/ O-1

ASSOC DE PROT A MATERNIDADE E A INFANCIA
CNPJ: 11.754.025/0001-05

Demosntração Do Fluxo De Caixa - Nota 22
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Atividades operacionais		
Superávit/Déficit líquido	**(265.735.87)**	**(1.802.518.46)**
Depreciação	263.156.87	309.041.72
Superávit líquido ajustado	**(2.579.00)**	**(1.493.476.74)**
(Aumento)Redução de Ativos operacionais		
Contas a receber	(1.065.329.59)	3.428.855.52
Impostos a recuperar	(310.80)	10.922.98
Estoques	13.800.53	(40.081.74)
Outros créditos	(97.447.15)	26.607.48
	(1.149.287.01)	**3.426.304.24**
Aumento(Redução) de Passivos operacionais		
Obrigaçoes Trabalhistas	722.169.56	334.748.17
Obrigações Tributárias	(10.031.93)	(33.533.56)
Fornecedores	35.042.13	(199.475.84)
Outras Obrigações	11.412.42	(50.688.18)
Parcelamentos	-	(262.591.61)
Convênios	-	(188.281.23)
Receitas diferida	(42.638.98)	27.182.96
Obrigações com contrato de gestão	276.485.09	2.406.104.93
	992.438.29	**2.033.465.64**
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**(159.427.72)**	**3.966.293.14**
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens p/ Ativo Imobilizado	(36.429.59)	(66.600.00)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(36.429.59)**	**(66.600.00)**
Atividades de financiamentos		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	527.755.41	1.595.114.86
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.510.678.28)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos	**527.755.41**	**84.436.58**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**331.898.10**	**3.984.129.72**
Caixa e equivalente de caixa		
No inicio do exercício	6.493.861.90	2.509.732.18
No fim do exercício	6.825.760.00	6.493.861.90
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**331.898.10**	**3.984.129.72**
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDREA CRISTINA PEREIRA DE ALMEIDA
Data: 31/07/2026 18:11:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Surubim, 31 de dezembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JUAN VICTOR IZIDIO PEDROSO
Data: 31/07/2026 15:19:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Andréa Cristina Pereira de Almeida
Diretora Presidente
CPF: 745.679.004-30

Juan Victor Izidio Pedroso
Contador
CRC Nº PE - 029020/ O-1

Notas Explicativas As Demonstrações Contábeis
Em 31 De Dezembro De 2025 E 2024 (Valores Expressos Em Reais)

Nota 01 - Contexto Operacional

A APAMI, Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim têm como finalidade:

a) Zelar pela saúde, o bem-estar e as necessidades da infância carente de Surubim;

b) Colaborar com os poderes públicos: Municipal, Estadual e Federal, no sentido de promover o mais eficientemente possível, em todo o município, o amparo à maternidade e a infância dentro dos preceitos constitucionais;

c) Manter a ação filantrópica na solução dos problemas educacionais, de saúde, assistenciais e sociais da comunidade carente, sem discriminação de cor ou credo, respeitados os direitos e garantias individuais previstos na constituição federal dentro de sua capacidade;

d) Promover a criação de instituições de caráter técnico e educacional nas áreas de saúde e assistência social.

Nota 02 – Apresentação Das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2025, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei n° 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei n° 6.404/1976 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC n° 1.374/2011 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC n° 1.376/2011 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC n° 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Nota 03 – Formalidade Da Escrituração Contábil Resolução CFC Nº 1.330/2-11 (ITG 2000 (R1))

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Nota 04 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos movimento	798.627,46	525.620,29
Aplicações bancárias	5.666.359,75	5.775.414,89
Poupança	360.772,79	192.826,72
	6.825.760,00	**6.493.861,90**

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço;

c) Ativos circulantes – Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16) – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

e) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 05. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

f) Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão-de-obra e dos materiais. Caso não tenha condições de apurar através da contabilidade ou controles gerenciais estes custos, entendemos que não é prudente a informação em nota explicativa.

g) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação**. – Provisões –** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

i) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

j) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

k) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

l) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

m) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Nota 05 – Clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber público	912.902,82	230.933,67
Contas a receber particulares	215.056,68	252.481,29
Contratualização UPAE Limoeiro	1.530.560,30	1.109.775,25
	2.658.519,80	**1.593.190,21**

A Entidade não constitui perdas de créditos esperadas – PCE, uma vez que todos os recebíveis são advindos de contratos sem prescrição para recebimento, e sua quase totalidade refere-se a valores a receber de contratos de gestão, os quais possuem o custo atrelado ao recebimento.

Nota 06 – Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recuperar	375,65	375,65
ISS a recuperar	205,04	-
PIS a recuperar	483,60	483,60
IRRF a recuperar	4.345,10	4.239,34
PIS/COFINS/CSLL a recuperar	-	-
	5.409,39	**5.098,59**

Nota 07 – Estoques

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Medicamento e material cirúrgico	268.210,58	285.841,69
Almoxarifado	34.924,47	31.093,89
	303.135,05	**316.935,58**

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

Nota 08 – Imobilizado

		31/12/2025			31/12/2024
Descrição		**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Imobilizado - sem restrição					
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10%	1.723.198,46	(1.368.556,26)	354.642,20	390.322,08
Equipamento de informática	10%	274.279,56	(228.161,21)	46.118,35	47.257,53
Instalações	10%	119.231,61	(112.791,51)	6.440,10	6.440,10
Máquinas e equipamentos	10%	3.606.397,71	(2.253.838,21)	1.352.559,50	1.532.466,88
Móveis e utensílios	10%	373.301,53	(338.909,34)	34.392,19	35.238,19
Ar condicionados	10%	128.045,76	(84.703,87)	43.341,89	9.857,75
		6.224.454,63	**(4.386.960,40)**	**1.837.494,23**	**2.021.582,53**
Imobilizado - com restrição					
Máquinas e equipamentos - conv. 898088/2020	10%	64.998,00	(27.459,40)	37.538,60	44.038,34
Máquinas e equipamentos - conv. 897863/2020	10%	85.411,98	(36.957,76)	48.454,22	56.995,34
Máquinas e equipamentos - conv. 898087/2020	10%	77.900,00	(32.411,83)	45.488,17	53.278,10
Máquinas e equipamentos - conv. 904889/2020	10%	131.483,42	(46.449,41)	85.034,01	98.182,26
Máquinas e equipamentos - conv. 929381/2022	10%	66.600,00	(9.999,06)	56.600,94	63.260,88
		426.393,40	**(153.277,46)**	**273.115,94**	**315.754,92**
Saldo Imobilizado		**6.650.848,03**	**(4.540.237,86)**	**2.110.610,17**	**2.337.337,45**

Nota 09 – Obrigações Trabalhistas

Este grupo está composto pelos saldos de salários, encargos e provisões trabalhistas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Folha de pagamento	693.015,24	892.040,46
Provisões de férias de 13º salário	2.303.859,91	1.413.983,73
Folha de pagamento - autônomos	-	(10,56)
Encargos sociais a pagar	251.760,00	220.451,96
	3.248.635,15	**2.526.465,59**

Nota 10 – Outras Obrigações Tributárias E Previdenciárias

Este grupo está composto por obrigações tributárias com vencimento no curto prazo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações tributárias a pagar	169.690,66	182.680,62
Impostos retidos a pagar	41.568,04	38.610,01
	211.258,70	**221.290,63**

Nota 11 - Fornecedores

Este grupo está composto pelo saldo de fornecedores a pagar. Os controles são efetuados analiticamente. A Entidade efetua pesquisa cadastral de seus parceiros fornecedores de mercadorias e serviços para manutenção, procurando manter relações comerciais com empresas que apresentem regularidade tributária, trabalhista e financeira.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	435.896,39	422.384,37
Fornecedores serviços especializados	72.611,33	51.081,22
	508.507,72	**473.465,59**

Nota 12 – Outras obrigações

Este grupo está composto por empréstimos, financiamentos e parcelamentos de débitos, valores com vencimento até o término do exercício social seguinte.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contas de consumo	42.921,78	31.828,63
Outras contas a pagar	2.806,64	2.487,37
	45.728,42	**34.316,00**

Nota 13 – Receitas diferidas

Este grupo está composto pelo saldo a depreciar de bens adquiridos via convênios ou contrato de gestão.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Curto prazo	42.639,30	42.756,24
Longo prazo	230.476,72	272.998,76
	273.116,02	**315.755,00**

Nota 14 – Empréstimos

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo.

Empresa Credora	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal	10/01/2028	0,87% a.m.	2.106.840,92	2.106.840,92
Caixa Econômica Federal	10/12/2031	1,18% a.m.	-	-
Caixa Econômica Federal	10/10/2034	1,18% a.m.	1.582.846,68	1.582.846,68
Bradesco	10/10/2034	1,18% a.m.	527.755,41	-
Total			4.217.443,01	3.689.687,60
Circulante			767.584,29	690.808,27
Não circulante			3.449.858,72	2.998.879,33

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2023	3.605.250,54
Capitações	1.595.114,86
Pagamentos de principal	(1.510.677,80)
Pagamentos de juros	(419.024,53)
Juros provisionados	419.024,53
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2024	3.689.687,60
Capitações	527.755,41
Pagamentos de principal	-
Pagamentos de juros	-
Juros provisionados	-
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2025	4.217.443,01

O montante de longo prazo tem a seguinte posição por ano de vencimento:

2026	769.809,97
2027	986.443,56
2028	354.589,81
2029	296.617,04
2030	161.667,59
2031	186.105,44
2032	214.237,34
2033	246.621,68
2034	233.766,30
Total	3.449.858,72

Nota 15 – Obrigações com contrato de gestão

Este grupo está composto por obrigações com o contrato de gestão da UPAE Limoeiro que encerrou o ano de 2025 com saldo superavitário de R$ 5.480.678,94.

Nota 16 – Do Resultado Do Período

O resultado deficitário de R$ 265.735,87 no ano de 2025.

Nota 17 – **Imunidade Tributária**

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Nota 18 – **Forma Jurídica Conforme A Legislação Vigente**

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

Nota 19 – **Característica Da Imunidade**

A Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. Do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

Nota 20 – **Requisitos Para Imunidade Tributária**

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.12 do Estatuto Social);
b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.15 do Estatuto Social);
c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.15 do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Nota 21 – Imunidade usufruída

A empresa obteve um montante de R$ 4.066.938,48, demonstrado abaixo.

Imunidade Contribuições Sociais	
INSS CPP	2.300.163,03
INSS RAT/SAT	344.382,61
INSS Terceiros	665.806,38
COFINS	756.586,48
Total	**4.066.938,48**

Nota 22 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

Nota 23 – Finalização das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Financeiras foram concluídas, auditadas e autorizadas para publicação pela Administração desta importante entidade.

Surubim, 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDREA CRISTINA PEREIRA DE ALMEIDA
Data: 31/07/2026 17:54:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim
Andréa Cristina Pereira de Almeida
Presidente
CPF: 745.679.004-30

Documento assinado digitalmente
gov.br
JUAN VICTOR IZIDIO PEDROSO
Data: 31/07/2026 15:19:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juan Victor Izidio Pedroso
Contador
CRC Nº PE - 029020/ O-1